

Análise do governo de Salvador Allende no Chile (1970-1973) nos livros didáticos do ensino médio aprovados no PNLD 2018

Analysis of Salvador Allende's government in Chile (1970-1973) in high school textbooks approved by the PNLD 2018

Mayara de Oliveira Jardim,¹ UFJF

Resumo

Este estudo propõe uma análise da abordagem do governo de Salvador Allende no Chile em 4 livros didáticos destinados ao terceiro ano do Ensino Médio. A escolha desses livros está diretamente vinculada à sua aprovação no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018, o que os torna materiais distribuídos pelo governo federal, ampliando assim seu alcance entre alunos e professores. Além da análise do conteúdo textual, optamos pela análise da versão "Manual do Professor" para compreender quais recursos são disponibilizados aos educadores, visando enriquecer as práticas pedagógicas em sala de aula.

Palavras-chave: Salvador Allende; Livros didáticos; PNLD.

Abstract

This study proposes an analysis of the Salvador Allende government's approach in Chile in four textbooks intended for the third year of high school. The choice of these books is directly linked to their approval in the 2018 National Textbook Program (PNLD), which makes them materials distributed by the federal government, thus expanding their reach among students and teachers. In addition to analyzing the textual content, we chose to analyze the "Teacher's Manual" version to understand which resources are available to educators, aiming to enrich pedagogical practices in the classroom.

Keywords: Salvador Allende; Textbooks; PNLD.

Introdução

O ensino da História da América no Brasil é permeado por complexidades ao longo das décadas de existência da disciplina. Os autores Thamar Kalil-Alves e Wellington Oliveira (2011) percorrem todo o processo de ensino de História no Brasil, considerando que inicialmente, partindo do Colégio Pedro II, a história seguia o modelo eurocêntrico, deixando a América em silêncio (Kalil-Alves; Oliveira, 2011, p. 287). No início do período republicano não ocorreram mudanças significativas, inclusive pelo viés de construção nacionalista que o país passava pós independência. Só em 1930, com a Reforma Francisco Campos, é que a História da América passa a existir nos currículos, mas em conjunto da História do Brasil e centrada na visão vinda da Europa (Kalil-Alves; Oliveira, 2011, p. 289), com a aproximação

¹ Bacharel e licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH - UFJF) e membro do Laboratório de História Política e Social (LAHPS). Email para contato: mayarajardim@outlook.com.br.

política e econômica entre Estados Unidos e Brasil, a história da América passa a ter uma centralidade na história estadunidense.

Conforme debatido por Vitória Rodrigues e Silva (2017) durante o período da ditadura militar no Brasil houve um aumento do estudo da América (Silva, 2017, p.84), apesar de ter um maior controle estatal dos textos e da repressão, principalmente a partir do AI-5 (Kalil-Alves; Oliveira, 2011, p. 290). Todavia, com a redemocratização esses temas foram deixados de lado tanto nos livros didáticos quanto nos exames e vestibulares, tendo em vista os debates da Constituição de 1988 e as elaborações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNCs) que proporcionaram uma maior liberdade de decisão aos professores (Kalil-Alves; Oliveira, 2011, p. 292). Esse afastamento escolar não condiz com a situação do Brasil no âmbito regional, já que com os movimentos de redemocratização e as lutas do início do século XXI a América, principalmente a América Latina, se aproximou politicamente.

Essas questões nos fazem pensar em uma união entre os países onde a história latino-americana criou uma identificação e reconhecimento. A escola é então um local onde é possível repassar essa identificação e a união dos países vizinhos. Apesar destes objetivos políticos da América Latina, a história da América ainda segue tendo seus desafios dentro do campo dos saberes. Um ponto de percepção disto é nas escolas onde os livros didáticos reproduzem uma visão de uma história eurocentrada (Antoni, 2021, p.77), voltada para os grandes feitos e grandes homens que, em geral, contempla a visão colonizadora, e mantêm um afastamento dos países americanos.

O tema da Revolução Chilena tem suas próprias adversidades ao ser estudada na academia, mas carrega uma grande importância para história da América como um todo. Esse trabalho vai analisar quatro livros didáticos do ensino médio, mais precisamente do terceiro ano. São eles: “História- Passado e Presente” dos autores Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2016), “História Global” do Gilberto Cotrim (2016), “Caminhos do Homem” dos autores Adhemar Marques e Flávio Beruti (2016) e “História” dos autores Georgina Santos, Jorge Ferreira e Ronaldo Vainfas (2016). Os quatro estão na lista de aprovados do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018 e foram distribuídos para as escolas públicas pelo governo. O objetivo é verificar como a Revolução Chilena aparece nos livros e como foi abordada. O artigo será dividido em: 1) O livro didático e a PNLD, 2) Uma breve revisão bibliográfica da Revolução Chilena, 3) A revolução chilena nos livros didáticos e 4) Conclusão.

O livro didático e a PNLD

A historiadora Circe Bittencourt (2005) coloca que há diversos tipos de materiais didáticos que podem ser utilizados no processo de ensino e que sua escolha é uma posição política (Bittencourt, 2005, p.298). Dessa forma, não é apenas inferido sobre se ele é melhor ou não, mas também o que há em cada montagem e como foi feita a escolha dos temas. Nesse ponto, o livro didático é um desses materiais - um dos mais utilizados ainda hoje. Os autores Maria Sarah do Nascimento Brito e Karl Schurster (2021) expõem que o livro didático “assume função importante na transposição dos conhecimentos da cultura legítima” (Brito; Schurster, 2021, p.23). Sua formulação remete não só a escola, mas as ideias que permeiam outros âmbitos da sociedade, e acabam por serem vistos como os “culpados pelas mazelas do ensino de História” (Bittencourt, 2005, p.300) por estarem voltados ao modelo de ensino tradicional, com deficiência de conteúdos e lacunas, já que é necessário uma escolha editorial para a confecção do mesmo.

O autor Jean-Claude Forquin (1992) faz uma análise sobre os conteúdos e currículo do que ele chama de “cultura da escola” principalmente quanto ao debate sobre a transmissão da cultura passada, o que reflete no trabalho de memória (Forquin, 1992, p. 29). Isso faz com que a memória esteja inserida no currículo, mas, para além dela, existe também o presente atuando e deste modo varia de escola para escola, governo para governo (Forquin, 1992 p.31). Os conteúdos, currículos e o que está dentro das instituições de ensino formam os “saberes da escola” que passam pelo processo de hierarquização seja de conteúdo, de áreas ou temáticas, tendo uma valorização e/ou desvalorização entre elas por motivos diversos (Forquin, 1992, p.41). O livro didático se apresenta então como um manual oficial de como fazer essa transmissão cultural estipulada sendo ele um produto escolar.

Dentro do contexto escolar, o livro didático desempenha funções importantes como o apoio ao processo de aprendizagem, a orientação dos estudos e a proposição de atividades acadêmicas (Gonçalves, 2017, p. 63). No Brasil, durante o período colonial e diante das diversas restrições da época, os primeiros materiais didáticos surgiram no século XIX, com a finalidade de contribuir para a construção da nação brasileira. No entanto, esse tipo de material foi progressivamente marginalizado em relação a outras necessidades urgentes dentro das escolas (Gonçalves, 2017, p. 67). O livro didático, como parte integrante do ambiente escolar, é fundamental para a formação social e cultural da população, podendo, assim, promover o desenvolvimento de um pensamento crítico. Os conteúdos abordados nas obras didáticas não são escolhidos aleatoriamente, especialmente considerando que, no século XXI, é evidente que os currículos escolares estão cada vez mais moldados pela lógica do mercado.

Esse fenômeno se reflete nas políticas públicas de acesso ao material, nas quais o governo se configura como o principal consumidor das obras didáticas.

Uma das políticas públicas atuais sobre os livros didáticos é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).² O PNLD foi criado em 1985, durante o governo Sarney, na proposta que surgiu do “Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003)” que foi elaborado por causa de uma preocupação da comunidade internacional com a educação (Brito; Schurster, 2021, p. 25). O livro didático se torna então um material importante para alcançar as metas. O PNLD de 2018 teve início com o "Edital de Convocação 04/2015 – CGPLI" e contou com a parceria de universidades públicas. A Universidade Federal de Sergipe (UFS) foi responsável pelo planejamento, organização e execução da área de História (FNDE, 2018). No Guia Digital do PNLD 2018, é destacado que o Ensino Médio possui configurações próprias e, além de sua função escolar, também atua como um processo de formação social e de preparação para a vida cidadã do aluno.

Nesse contexto, o livro didático se configura como uma ferramenta essencial para alcançar os objetivos propostos (FNDE, 2018). Foram aprovados treze livros de História que atendiam às exigências do edital federal. Após o processo de avaliação realizado pelas universidades parceiras do governo federal, ocorre a escolha dos livros pelos professores. O PNLD 2018 destaca que cada livro didático possui três dimensões fundamentais: “1) realiza uma seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos; 2) define para esses conteúdos uma abordagem e tratamento didático específicos; 3) propõe um percurso próprio para a exploração desses conteúdos” (FNDE, 2018). Assim, o governo exerce um processo de controle sobre a produção do material que será utilizado nas escolas, sendo complementado pelo Manual do Professor, que fornece orientações sobre como o educador deve conduzir o trabalho com o material didático.

Além de analisar o livro didático e o PNLD 2018, é importante considerar também como a história da Revolução Chilena é abordada nas escolas. Embora a academia disponha de uma vasta produção de materiais e debates sobre o tema, observa-se um distanciamento entre o que é ensinado nas escolas e o que os historiadores estão discutindo e publicando em suas pesquisas. Isso, no entanto, não implica que o saber escolar seja inferior; na realidade, a

² O PNLD não foi o primeiro programa federal que visou os livros didáticos, na década de 30 (período Vargas) foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) a partir do Decreto-lei n. 1.006 que determinava as diretrizes para a elaboração dos livros didáticos e quais seriam distribuídos e usados nas escolas públicas; ele contava com 40 artigos e não só conteúdos, mas ortografia, língua ou regionalidades eram reguladas e as editoras e autores precisavam se adequar (Matos; Senna, 2014, p. 225).

escola adota um ritmo mais lento de atualização, justamente por incorporar contribuições de diversos autores (Monteiro, 2003, p. 11).

A autora Ana Maria F. C. Monteiro em seu texto debate que a escola não tem como função selecionar o tema, mas tornar o saber selecionado em algo possível de ser ensinado e compreendido, por isso trabalha com alguns métodos como a transposição didática (Monteiro, 2003, p.13). Na transposição didática, o saber acadêmico se diferencia do saber ensinado porque é preciso que ocorra deformação de um para o outro, além disto, há uma pluralidade de saberes e o acadêmico é o inicial (Monteiro, 2003, p. 15). Além disso, a autora expõe que Chevallard debate que a transposição didática não é realizada pelos professores, mas por todos aqueles que trabalham na formulação (Monteiro, 2003, p. 15). Já o autor Davalay, também citado por Ana Maria Monteiro, trás uma abordagem onde não só o saber acadêmico inicia, mas que também as sociedades e suas questões apresentam aquilo que será levado para o saber a ensinar; além de pensar no que se chama “Axiologização” expondo que “expressa os valores escolhidos pelos agentes da transposição, que é mais visível, por exemplo, no ensino de História e da Língua, mas que está presente em todas as disciplinas” (Monteiro, 2003, p. 18). A transposição didática é um ponto chave para levar debates históricos que muito ficam na academia para dentro da sala de aula, isto é fazer com que os alunos se interessem pelo objeto de pesquisa/ tema de estudo que fica mais centrado aos cientistas da área.

Breve revisão bibliográfica da Revolução Chilena

Ao se falar em Revolução na América Latina no século XX, a Revolução Cubana é a primeira imagem que surge, devido ao seu impacto no imaginário coletivo e às profundas mudanças que provocou no contexto político da região. Porém, o Chile também passou por uma revolução com um formato diferente, como coloca o autor Peter Winn (2010). A Revolução Chilena aconteceu durante o governo do presidente Salvador Allende que pretendia chegar ao socialismo a partir das vias democráticas e não por uma revolução armada como havia sido nas revoluções em Cuba e na Rússia. Em 1970, Allende chegou à presidência no Chile pela Unidade Popular (UP).³ Durante seu governo, várias das propostas de orientação esquerdista de Salvador Allende foram implementadas com sucesso, como a nacionalização de indústrias e a Reforma Agrária (Winn, 2010, p. 63). No entanto, seu mandato e a Revolução Chilena chegaram ao fim com a contrarrevolução armada que resultou na instalação da ditadura de Augusto Pinochet, em 11 de setembro de 1973. Na década de

³ Coalizão de esquerda. Partidos que fizeram o programa: Socialista, Comunista, Radical, Social Democrata, o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e a Ação Popular Independente (API).

1970, muitos países latino-americanos vivenciaram regimes ditoriais impulsionados pelos Estados Unidos, como parte de sua política de combate ao comunismo, que se intensificou após a Revolução Cubana. Nesse contexto, o Chile de Allende tornou-se um obstáculo para os interesses dos EUA, especialmente quando não conseguiram impedir sua ascensão ao poder em 1970.

Segundo a historiadora Elisa Borges (2005), desde o século XVIII, o Chile tem como pilar de sua economia os recursos minerais, os quais estavam amplamente sob controle estrangeiro, especialmente de empresas norte-americanas (Borges, 2005, p.28). Apesar disso, grandes latifúndios, presentes desde o século XIX, dificultavam o desenvolvimento econômico do país (Borges, 2005, p. 32). Antes da ascensão de Salvador Allende, o Chile enfrentava uma grave crise não apenas econômica, mas também política e social. Era um país marcado por uma certa instabilidade política e por um sistema político forte, com significativa participação popular (Aggio, 2008, p. 81). Allende esteve envolvido em movimentos políticos desde sua época de estudante de medicina e almejava a união das forças de esquerda no país. Em 1952, tentou a presidência pela primeira vez, mas não obteve sucesso. Em 1958, fez nova tentativa, sem sucesso, e em 1965, firmou um acordo que o levou à presidência do Senado, criando uma plataforma estratégica para consolidar a aliança com os radicais e a frente de esquerda que pretendia (Winn, 2010, p. 54). Nesse mesmo período, pelas questões que o Chile enfrentava, os camponeses, trabalhadores e os *pobladore*s já se afastaram dos democratas-cristãos⁴ (grupo que estava no governo), principalmente houve um aumento do desemprego, massacres de *pobladore*s e a lentidão da reforma agrária.

Salvador Allende aparece como uma solução para o que o país enfrentava. Ao se candidatar, prometeu um caminho democrático para o que chamava de socialismo democrático. O programa da campanha da Unidade Popular não foi feito de forma tranquila já que havia discussões entre os partidos envolvidos, principalmente entre o Partido Socialista e o Partido Comunista. Para garantir apoio, a UP pensou numa plataforma com 40 medidas que resolveria os problemas mais urgentes da população (Winn, 2010, p. 65). Allende se colocava a favor da legalidade, utilizando o próprio Estado para concretizar as mudanças no Chile. As medidas tomadas e a plataforma não foram as únicas decisões para a campanha. Houve a participação popular na mobilização para a mesma com a criação dos comitês da UP por todo o país que se manteriam no governo revolucionário como “um espaço de discussão e

⁴ Eduardo Frei foi o presidente na época (1964-1970) pelo Partido Democrata Cristiano que viria a apoiar a UP. Seu governo foi considerado “(...) reformista e desenvolvimentista e não que passava de um governo da burguesia a serviço do capitalismo internacional e nacional.” (Borges, 2005, p. 127).

apresentação de reivindicações mais imediatas, comportamento que seria desenvolvido durante todo o governo” (Borges, 2005, p. 129). Nesse cenário da coalizão promovida pela Unidade Popular teve uma organização de esquerda que não apoiou realmente o governo de Salvador Allende: *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). O MIR atuou neste período de forma autônoma e era uma organização de esquerda reconhecida (Pimentel, 2020, p.445), foi criado em 1965 e que tinha integrantes de diversas vertentes e se colocavam como marxistas-leninistas, além disso, apoiavam a revolução a partir das armas (Pimentel, 2020, p. 447). Não só na campanha, mas, também durante o governo, o MIR vai se apresentar numa ponta mais combativa nas ações.

Em setembro de 1970, Allende é eleito presidente do Chile com 36,3% dos votos. Apesar da vitória nas urnas, o Congresso precisava confirmar a vitória e houve mais um processo de tentativa estadunidense e da direita chilena em barrar, primeiro pela economia e depois com a tentativa de um golpe que não deu certo por causa da violência, fazendo com que Allende fosse confirmado pelo congresso (Winn, 2010, p.73). O primeiro ano do governo de Allende foi marcado pela nacionalização dos recursos naturais e dos bancos, pela Reforma Agrária e por um crescimento econômico significativo. Sob a direção de Allende, que implementou a revolução dentro dos limites constitucionais, muitos objetivos foram alcançados. No entanto, logo ele se viu diante da necessidade de lidar com uma “revolução vinda de baixo” (Winn, 2010, p. 89), que envolvia ações como ocupações e que não era passível de controle nem se orientava pela legalidade.

Esse movimento, composto por pobladores, camponeses e trabalhadores, atuava tanto nas áreas rurais quanto nas empresas que ainda não haviam sido nacionalizadas. Durante o governo de Allende, esse grupo contou com o apoio e investimento do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), e se organizou em dois principais fronts: o Movimento Campesino Revolucionario (MCR) e o Movimento de *Pobladores Revolucionarios* (MPR) (Winn, 2010, p. 92). Segundo o autor Peter Winn, a “revolução vinda de cima” (representada por Allende e a Unidade Popular) e a “revolução vinda de baixo” mantinham uma “relação simbiótica”, especialmente no campo, o que possibilitou a implementação de uma Reforma Agrária de maneira acelerada (Winn, 2010, p. 100). As pressões que Allende tinha do povo faz com que os planos de 6 anos sejam adiantados pegando o grupo de surpresa, como a classe média que havia votado a seu favor, além do apoio de um dos líderes da Revolução Cubana.

A visita de Fidel Castro ao Chile atraiu a atenção dos setores opositores, tanto de centro quanto de direita, que passaram a se opor ativamente ao governo de Allende (Winn,

2010, p. 135). No final de 1971, a Revolução se transformou em um processo conturbado, com a classe média e a elite manifestando grande desconforto com as mudanças em curso, o que se somou às ações dos Estados Unidos para combater o avanço da revolução. Nos dois anos seguintes, o governo enfrentou uma série de desafios, como tentativas de destituição, déficits nas empresas estatais, manifestações rurais, escassez de bens de consumo e outros fatores que levaram à perda de apoio político para Allende. A chamada Via Chilena sofreu uma paralisação, e a revolução “vinda de baixo” se intensificou, aproveitando as brechas do governo, inclusive exigindo que Allende armasse o povo, temendo uma iminente contra revolução armada (Winn, 2010, p. 164). Em junho de 1973, ocorreu o “tancazo”, a primeira tentativa de golpe de Estado, que foi barrada por Carlos Prats, comandante do exército, mas isso não impediu os golpistas. Utilizando a Lei de Armas, assinada por Allende, eles invadiram locais com forte presença de grupos de esquerda, recorrendo à violência (Winn, 2010, p. 169). Em seguida, o Chile passou a enfrentar blecautes, explosões e cortes no fornecimento de energia elétrica, intensificando a crise no país.

Em 11 de setembro de 1973 ocorre a contra revolução armada que vai levar a morte de Allende e o início do terror no Chile com a ditadura de Pinochet. A decisão de morte foi do próprio presidente que optou por não fugir para que não tivesse legitimidade política a quem viesse após (Winn, 2010, p. 177). Não houve uma resistência forte dos revolucionários, principalmente por ser um confronto direto com as forças armadas com grande armamento e treinamento. Logo a censura tomou conta do país, junto com a perseguição política, uma grande violência e a entrada do neoliberalismo com os *Chicago Boys*. Terminaria assim o que chamamos de processo revolucionário de Allende e se iniciava uma ditadura militar que iria até a década de 1990 com Pinochet.

A revolução chilena nos livros didáticos

Os livros aqui analisados foram o manual do professor do terceiro ano do Ensino Médio. Foram escolhidos quatro coleções das treze aprovadas no PNLD 2018, são eles: “História- Passado e Presente” dos autores Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2016), “História Global” do Gilberto Cotrim (2016), “Caminhos do Homem” dos autores Adhemar Marques e Flávio Beruti (2016) e “História” dos autores Georgina Santos, Jorge Ferreira e Ronaldo Vainfas (2016). Nesta seção, vamos debater sobre cada um deles e como foi colocado o tema a partir do que foi discutido nas seções anteriores.

O primeiro livro é da coleção “História - Passado e Presente” dos autores Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2016). A coleção é da Editora Ática. A coleção tem 3

volumes, sendo respectivamente do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio e é feita em ordem cronológica. Cada unidade dos livros é norteada por conceitos que “contribuem para a compreensão do mundo contemporâneo” (FNDE, 2018), neste caso os do terceiro ano são “ciência e tecnologia, meios de comunicação de massa, violência, ética.” (FNDE, 2018). Além do texto há uma gama de imagens, mapas e cores para chamar a atenção do aluno. Antes de iniciar o sumário, há uma explicação sobre o que é cada seção do livro e como funciona, facilitando para que aquele que pegue o livro saiba se localizar dentro do mesmo. Há em cada capítulo uma seção chamada “esquema-resumo” que coloca pontos importantes dos temas estudados. Neste livro o Chile de Allende aparece em dois momentos: 1) Unidade 2 - Capítulo 7: Guerra Fria, Capitalismo e Socialismo; 2) Capítulo 8: África, Ásia e América Latina: independência política.

O segundo livro é da coleção “História Global” do autor Gilberto Cotrim (2016), sendo parte também de 3 volumes para o ensino médio com uma perspectiva cronológica, mas sua ordem não é exatamente seguida, é mais guiado pelas unidades, pois varia entre história global e história do Brasil. O livro é da editora Saraiva Educação. O volume aqui analisado vai ser o terceiro que é do terceiro ano do ensino médio e foca em temas dos séculos XX e XXI. Cada volume é composto por 4 unidades e o do livro aqui orientado é “1.Coesão e coerção; 2.República e sociedade; 3.Globalização e Meio Ambiente; 4.Democracia e movimentos sociais” (FNDE, 2018). Além dos textos e das imagens do livro, há propostas para que o aluno possa ter outras formas de acesso ao conteúdo que são as “Oficinas de História”. Logo após a apresentação do livro pelo autor onde só coloca que é para usar o material de forma crítica e convida o aluno a fazer parte da construção da História de forma ativa, é colocado uma parte explicando o livro e suas partes. Neste livro não ocorre menção ao Chile, se fala apenas da Revolução Cubana e depois a América Latina não existe nos capítulos, inclusive sobre o período colocou-se apenas a ditadura militar brasileira.

O terceiro é da coleção “Caminhos do Homem” dos autores Adhemar Marques e Flávio Beruti (2016) que tem também 3 volumes, organiza o conteúdo em ordem cronológica começando pela História europeia. A coleção foi feita pela editora Base Editorial. O terceiro volume que será o analisado neste trabalho aborda as questões do século XX e XXI. Neste livro, as unidades são divididas em duas: 1) O mundo contemporâneo: do imperialismo à Nova Ordem Mundial; 2) O Brasil nos séculos XX e XXI: a construção da cidadania, a primeira unidade tem 3 capítulos, já a segunda tem 2. Os autores na apresentação colocam a importância de pensar o presente passado, colocando não só o tema histórico, mas suas permanências. Há no livro uma sessão de apresentação do mesmo como nos outros. No fim

do manual do professor há diversas sugestões de leitura para uma formação continuada do educador. Neste livro, o Chile de Allende também não aparece, na realidade trata da Revolução Cubana e cita depois a Revolução da Nicarágua. O Chile aparece no Capítulo 2 do livro quando se fala do Neoliberalismo, e é uma rápida menção colocando que o país com Pinochet foi o pioneiro a adotar medidas neoliberais após o golpe de Estado ao presidente Salvador Allende.

O quarto e último livro é da coleção “História” dos autores Georgina Santos, Jorge Ferreira e Ronaldo Vainfas (2016) e está organizada em três volumes. Os conteúdos são apresentados de forma estruturada. O livro tem 3 unidades e são elas “Unidades: 1 - Revoluções e guerras; 2 - Guerras frias, guerras quentes; 3 - Os caminhos para o Terceiro Milênio.” (FNDE, 2018). O livro é da editora Saraiva Educação como o livro História Global que também foi analisado. Na apresentação os autores evocam a imagem de uma História que tem compromisso com a cidadania e uma visão humanista, pensando na valorização da democracia, pensando uma pluralidade, pensando em “Evitar, a todo custo, as verdades acabadas, as explicações com base em um único ponto de vista, típicas das doutrinas e não do pensamento livre” (Santos; Ferreira; Vainfas, 2016, p.3). Assim como os outros há uma explicação sobre como funciona o livro. Diferente do livro de Cotrim e do livro de Beruti e Marques, esse volume intercala Brasil e História global. A questão sobre a revolução Chilena se apresenta na Unidade 2 com “Guerras frias, guerras quentes”, no capítulo 11 “América Latina: desenvolvimento, democracia e ditadura” onde tem um subtópico “No Chile, o governo de Allende e o golpe de 1973”. Em cima do capítulo há uma linha do tempo com ano e acontecimento sobre o que está sendo falado.

Em todos os 4 livros não há uma menção a uma “Revolução Chilena”, que passa como um processo democrático de Allende que sofreu um golpe de Estado (que por conseguinte também não é visto como uma contrarrevolução). Além disso, é preciso compreender o que norteou a análise sobre o tema e foram as seguintes questões norteadoras: 1) Onde está inserido historicamente; 2) Sujeitos históricos que aparecem; 3) Indicações ao professor/aluno. Essas três questões levantam como a História pode ser colocada para o aluno e como o professor trabalha com elas. Como é o manual do professor, as indicações aparecem como complemento, pois pode direcionar o uso de material para explicar partes que de certa forma o livro didático não conseguiu expor no momento da transposição didática.

O primeiro ponto, “Onde está inserido historicamente”, no livro História - Passado e Presente (Azevedo; Seriacopi, 2016), Caminhos do Homem (Marques; Beruti, 2016) e no História (Santos; Ferreira; Vainfas, 2016) as questões chilenas aparecem no contexto da

Guerra Fria. O livro História Global (Cotrim, 2016) apesar de falar da Guerra Fria, não fala sobre o processo na América do Sul. Dentro desse contexto, dois livros apresentam que os Estados Unidos fazem a interferência direta por causa da expansão socialista no continente (Azevedo; Seriacopi, 2016; Santos; Ferreira; Vainfas, 2016). Já no livro Caminhos do Homem, ao falar sobre o neoliberalismo, os autores situam como se o projeto econômico fosse uma “nova guerra fria” (Marques; Beruti, 2016, p. 131). Esses pontos situam então o tema não a partir do nosso continente, mas a partir da história global.

O segundo ponto, “Sujeitos históricos que aparecem”, têm uma maior complexidade nos livros dos autores Georgina Santos, Jorge Ferreira e Ronaldo Vainfas (2016), já que apresentam alguns nomes importantes para o tema do Chile. Durante o texto do livro deles há a menção a Unidade Popular, ao Salvador Allende, a “via chilena”, Patria y Libertad, Estados Unidos, Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), Partido Democrata Cristão, Forças Armadas e Augusto Pinochet e sempre explicando quem são e onde estão inseridos na história Chilena. Por exemplo ao se falar sobre o processo que Allende faz após vencer a eleição há a explicação de como os grupos tanto de direita quanto de esquerda passam a agir por causa da “via chilena”.

Temerosos, pecuaristas começaram a levar o gado para a Argentina, enquanto industriais suspendiam os investimentos na produção e enviavam dólares para o exterior, gerando falta de mercadorias e aumento de preços dos produtos. Um grupo de extrema-direita, o Patria y Libertad, chegou a conspirar para derrubar Allende, envolvendo-se em atividades terroristas. O governo dos Estados Unidos também tomou medidas para desestabilizar a economia do Chile: supriu empréstimos e empreendeu manobras comerciais para provocar a queda do preço do cobre no mercado internacional, gerando uma situação desastrosa para o país. Rumo ao golpe A situação se agravou quando, “em nome do poder popular”, setores radicais da Unidade Popular, entre eles integrantes do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), decidiram tomar fábricas e invadir propriedades rurais, desorganizando a agricultura e prejudicando o abastecimento de gêneros alimentícios (Santos; Ferreira; Vainfas, 2016, p. 188).

O texto feito no livro didático acima explica de uma forma coesa o que aconteceu, dando as informações de forma regular e precisa ao aluno, apresentando atores do período histórico para além do presidente Allende e de Pinochet. Já no livro dos autores Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2016) há um texto pequeno sobre o tema, onde apenas informam ao leitor o que aconteceu

No Chile, um governo democrático com tendências socialistas chegou ao poder em 1970, com a eleição de Salvador Allende (1908-1973) para a Presidência da República. Ele deu início a um programa de reforma agrária e

nacionalizou bancos e empresas estrangeiras. A reação do governo dos Estados Unidos à expansão do socialismo na América Latina não tardou. Na Bolívia, agentes da CIA treinaram os militares que, em outubro de 1967, capturaram e executaram Che Guevara. No Chile, os estadunidenses agiram diretamente no golpe de Estado perpetrado pelo general Augusto Pinochet que, em setembro de 1973, derrubou o presidente Allende e instalou uma ditadura militar no país (Azevedo; Seriacopi, 2016, p. 145).

O texto é sucinto e coloca quem era Allende e Pinochet, além da influência dos Estados Unidos no processo de derrubada do presidente democrático. Já no livro dos autores Adhemar Marques e Flávio Beruti (2016) mencionam apenas Pinochet e Salvador Allende como se fosse uma informação: “As ideias neoliberais foram adotadas pioneiramente no Chile após o golpe de Estado comandado pelo General Augusto Pinochet contra o governo democrático do presidente Salvador Allende” (Marques; Beruti, 2016, p.131). E, por fim, no livro de Cotrim não aparece nenhum sujeito já que não há menção à questão chilena no livro.

O terceiro ponto, “Indicações ao professor/aluno”, remete ao que é oferecido aos alunos e professores como um a mais para conhecer sobre o tema, nesse caso apenas o livro “História” dos autores Georgina Santos, Jorge Ferreira e Ronaldo Vainfas (2016) oferece sobre o tema do Chile. No de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2016) é o único que coloca para o professor uma orientação sobre documentos latino-americanos que seria a Comissão Nacional da Verdade, os outros dois livros não fazem nenhuma menção, orientação ou indicação sobre América Latina e Chile.

No livro de Georgina Santos, Jorge Ferreira e Ronaldo Vainfas (2016) os autores colocam indicações de filmes - *Machuca* (2004), *A casa dos espíritos* (1994), *Missing* - o desaparecido (1982) e *No* (1988) - e de site - *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*. Dessa forma há uma forma para além do livro e da sala do aluno ver e entender um pouco mais da história do Chile e como aconteceu de forma visual e de lazer.

Conclusão

A análise dos livros didáticos revela que a História da América ainda é abordada de forma restrita nas escolas, especialmente quando se considera o conteúdo oferecido por esses materiais. Quando presente, a história do continente tende a ser tratada de maneira superficial, muitas vezes como um simples complemento dentro de uma narrativa histórica global, sem a devida profundidade. Embora os livros didáticos sejam responsáveis pela seleção dos conteúdos que chegam às salas de aula, apenas um dos quatro analisados apresenta a história chilena, incluindo o período de Allende, mas sem aprofundar o tema como um processo revolucionário. Falta na escola o acesso ao conteúdo que a academia já tem e como levar este

tema para sala de aula. Assim, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a história da América Latina e, em particular a Revolução Chilena, seja abordada de maneira mais substantiva nos livros didáticos, deixando de ser tratada como um apêndice ou uma simples citação, mas passando a integrar de forma mais robusta o saber escolar.

Fontes

- AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: Passado e Presente**. São Paulo: Editora Ática, 2016.
- COTRIM, Gilberto. **História Global**. São Paulo: Saraiva Educação, 3. ed., 2016.
- MARQUES, Adhemar; BERUTI, Flávio. **Caminhos do Homem**. São Paulo: Base Editorial, 3. ed. 2016.
- SANTOS, Georgina dos; FERREIRA, Jorge; VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro. **História**. São Paulo: Saraiva Educação, 3. ed. 2016.

Referências Bibliográficas

- AGGIO, Alberto. O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. In: FICO, Carlos *et al.* (org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 77-93, 2008.
- ANTONI, Edson. História da América Latina: diálogos possíveis entre a sociologia das ausências e os livros didáticos de História. **Intellèctus**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 74–91, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/57515>>.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.
- BORGES, Elisa de Campos. **O projeto da via chilena ao socialismo do PC chileno**: nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas. 2005. 239 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BORGES, Elisa de Campos. O governo de Salvador Allende no Chile: atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 47, 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17135>>.
- BRITO, Maria Sarah do N.; SCHURSTER, Karl. A relação entre América Latina e a política do livro didático: uma análise sobre as revoluções do século XX. **Boletim do Tempo Presente**, [S. l.], v. 10, n. 05, p. 18-34, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/15816>>.
- CONCEIÇÃO, Juliana Pirola da.; DIAS, Maria de Fátima Sabino. Ensino de História e consciência histórica latino-americana. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, p.173-191, 2011.
- DIAS, Maria de Fátima Sabino. A História da América na cultura escolar no Brasil: identidade e utopia. **Perspectiva**, [S. l.], p. 33-47, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/11192>>.

FERNANDES, Aleksandra Nogueira de Oliveira; AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira; FERNANDES, Stenio de Brito. O Ensino de História e o lugar do livro didático na transposição didática do saber escolar. **HOLOS**, [S. l.], v. 3, pp. 150–163, 2017. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5317>>.

FNDE. Guia Digital do PNLD. 2018. Disponível em: <<https://pnld.nees.com.br>>.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. **Políticas públicas de livro didático**: elementos para compreensão da agenda de políticas públicas em educação no Brasil. 2017. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

KALIL-ALVES, Thamar; OLIVEIRA, Wellington. DE. O ensino de história da América Latina no Brasil: sobre currículos e programas. **Magis: Revista Internacional de Investigación en Educación**, v. 3, n. 6, p.283-298, 2011. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281021734003>>.

MATOS, Julia S.; SENNA, Adriana K. de. Estado, editoras e ensino: o papel da política na produção, avaliação e distribuição dos livros didáticos de História no Brasil (1938-2012). **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 213-240, 2014. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/97>>.

MENDES, Ricardo A. S. 40 anos do 11 de Setembro: o golpe militar no Chile. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, n. 7, p. 172-190, 2013. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/>>.

MONTEIRO, Ana Maria F.C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **Revista História & Ensino**, v. 9, p. 9-35, 2003.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. 'Golpear juntos y marchar separados': o Movimiento de Izquierda Revolucionaria e a Unidade Popular no Chile. In: COSTA, Adriane Vidal; BORGES, Elisa Campos. (org.). **Os 50 anos da Unidade Popular no Chile**: um balanço historiográfico. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 445-474, 2020.

SILVA, Jeferson Rodrigo da. Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem. **Revista de Teoria da História**, n. 5, p. 177-197, 2011.

SILVA, Vitoria Rodrigues E. O ensino de história da América no Brasil. **Diálogos**, v. 8, n. 2, p. 83-104, 10 jul. 2017.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.